

**ATA DA 210ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 30/06/2016

PRESIDENTE

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

NADIR FRANCISCO DO AMARAL

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMS-SP

MARCIA MULIN FIRMINO DA SILVA

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
PAULO ROBERTO BELINELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
ADÃO DO CARMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
SUELY LEVY BERTUBO FONSECA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE
CENTRO
FRANCISCA ANDRADE QUINTEROS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE
SUL
HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE
OESTE

ANA ARLENE CARVALHO GOUVEIA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

MARIA REGINA DA COSTA E SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

MANOEL OTAVIANO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARIA CONCEIÇÃO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

FRANCESCA EDNELDA ANDRADE GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

AIRSON DA COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

FRANCISCO JOSE C. DE FREITAS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ELIZABETE FERREIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

REGINA CÉLIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

CÁSSIA SCHIFFER ROGERO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

NADIR FRANCISCO DO AMARAL (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EVANICE GOMES DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

ÉDER GATTI FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

IVONILDES FERREIRA DA SILVA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

CINTHYA COSME GUTIERREZ DURAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

Representantes das Instituições Governamentais:

CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA PAIM – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

MARIA JOSÉ ROLLO RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANDREZA TONASSO GALLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

TIAGO MORAES COELHO DALE CAIUBY (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

FÁBIO JULIO MOTA DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

CECÍLIA CLEONICE RIBEIRO MARTINS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

DENIS VIEIRA PINTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIA CÍCERA DE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

DENIZE CALVO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

JOÃO CORTEZ NETO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
MARIZI DA SILVA FERREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
DIONÍSIO REIS SIQUEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
MARIA CRISTINA BARBOSA STOROPOLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

III – Ausentes:

MARIA MACEDO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA E SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
ANSELMO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
VERA LUCIA DIAS PADILHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JOÃO CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
DARCY DA SILVA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
PEDRO CARLOS STELIAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANGELA APARECIDA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
VALÉRIA LUZIA FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SELMA MARIA SILVA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
GRAÇA MARIA DE CARVALHO CÂMARA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
VIVIANE DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARLY APARECIDA LOPES ALONZO MAZZUCATO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
IRAMIR BASTOS GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
IVAN GUILHERME LADAGA VICENTE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
LUCIANA AMARAL TIRADENTES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
MARCO TADEU MOREIRA DE MORAES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP:

MARCIA MULIN FIRMINO DA SILVA - SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMS/SP

DIGITAÇÃO:

AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA – AGPP

EMMANUEL DUDA CÂNCIO DOS SANTOS - AGPP

REVISÃO GERAL:

MARCIA MULIN FIRMINO DA SILVA - SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMS/SP

PAUTA

Apresentação do Modelo de Termo de Referência para os Contratos de Gestão dos Hospitais Municipais.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Realiza apresentação do termo de referência dos hospitais.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Sente que não houve no contrato de gestão da Atenção Básica as diferenças salariais citadas. É difícil para o CMS avaliar sem a participação conjunta do conselho local. Devem atentar ao quesito qualidade destes contratos, novos instrumentos para avaliação da qualidade.

Hugo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Reforça a importância da participação social em todo o processo, parabeniza sobre a incorporação no contrato deste tema, diz ser necessária uma garantia de que a administração pública ao fazer a seleção das OS, não abra mão de seu poder discricionário. Parte dos conflitos nas comissões de transição tem a ver com isso. Outro ponto é em relação ao que é acordado, e a epidemiologia. A relação do contrato com a organização do serviço e o avanço nas questões epidemiológicas. Também se deve observar a relação entre o atendimento hospitalar e as casas de saúde. Muitas vezes ocorre a falta de contrarreferência, descaso pelo encaminhamento, etc.

Toninho, Conselheiro da STS Parelheiros: O Movimento Popular de Saúde Parelheiros e Marsillac levantou a bandeira para a eleição do Sr. Fernando Haddad para prefeito, justamente para tirar o processo do hospital da gaveta. Houve plenárias com o Dr. Filippi, porém depois que o Sr. Padilha assumiu não foram mais possíveis. Isso é complicado. Existe um problema também em relação ao relacionamento e a comunicação com a Coordenadoria. Sempre trabalharam juntos com o governo. Existem outras demandas para discussão. Pede ao secretário tempo para isso. Havia sido combinado que seria apresentado todo o projeto, com todos os serviços que foram para a OS. Foi feita uma apresentação que ninguém do movimento soube. Se não houver comunicação, não aceitarão. É necessário o respeito ao Movimento Popular de Saúde Parelheiros Marsillac e o aviso aos eventos com antecedência. Lembra que nesta apresentação, já deveria constar o nome do hospital como Josenias Castanha Braga, vulgo Testa, 100% SUS e pela administração direta.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Solicita esclarecimento. Solicitou a coordenação do CMS na semana passada para chamar esta reunião e para que o CMS chamasse todos os conselhos das supervisões. Solicitou, pois hospitais não são apenas de um bairro, mas sim da cidade como um todo. Para construir hospital em um bairro, deixa-se de construir em outro.

Suely, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Questiona sobre o Hospital Menino Jesus, a excelência no atendimento deve ser mantida. Por ser infantil, deve ter indicadores no termo de referência muito específicos. Sobre o Hospital de Parelheiros, fica chateada por ver dinheiro público e luta da população terminar sendo entregue a uma OS. Observando as fases, percebe que na fase um há atendimento do pronto socorro, na fase dois Materno Infantil, internação ginecológica Obstetra, UTI Adulto e apenas Unidade Neonatal. Sente falta de UTI Neonatal.

Paulo Belinelo, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Acrescenta sobre os termos de referência, que em 2007, quando foram efetivados os contratos de gestão, houve conflitos em relação aos conselhos gestores locais. Houve avanços com a efetivação dos novos contratos, mas isso muitas vezes é da boca pra fora. O conselho local muitas vezes não é respeitado. Não se pode ter um conselho local pró-forma.

Sandro: Como trabalhador, discutir OS não é o correto. Existem contratos que são remendos. Existem casos de favelização por causa de AMAs instaladas no hospital. Saúde Pública tem que ser com trabalhador público.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Discorda de qualquer dúvida do compromisso do prefeito Haddad em reestruturar a administração pública na cidade. Ele é o único prefeito da cidade desde a ditadura, que terá quatro anos de governo sob recessão econômica. Os últimos oito anos foram de crescimento econômico. Mesmo assim, fez o maior investimento na reestruturação da carreira dos trabalhadores e em concurso público. Não será entregue nada na mão de OS. O objetivo é melhorar a administração direta nas unidades. Informa que por decisão do prefeito, irá acumular a gestão da autarquia municipal também. O Hospital Benedito Montenegro tem sido um exemplo de administração da autarquia. Não existe um contrato de gestão direta. Estão sendo utilizados indicadores com qualidade e referência embasados pela política do SUS. Existe agora um estímulo a mais de recurso para alcançar as metas, de forma que este recurso seja distribuído entre os trabalhadores do hospital. Não concorda que seja considerado um secretário que não conversa com conselheiro. Em relação ao nome do hospital, foi sancionado pelo prefeito a homenagem ao ex-conselheiro "Testa", assim como o Hospital Vila Santa Catarina será o Hospital Gilson Carvalho.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Propõe que o secretário mantenha suas explicações dentro do tempo estabelecido.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Vai procurar manter-se no tempo, porém é difícil responder 40 minutos de perguntas em 5 minutos.

Adão, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Parabeniza a todos e ao secretário pela apresentação. Lembra que em 2013 foi deliberado nesta casa e foram até o local realizar a entrega do terreno. Diz que é mérito de todos a construção deste hospital, principalmente pelo tempo. Questiona se a tributação é feita apenas para o município, pois percebe que os hospitais do Estado estão "de boa". Já cobrou dos conselheiros do estado isso. Em relação ao RH, esta casa aprovou resolução para separar e solucionar um pouco este problema. Em relação a metas, o que são? A quantidade de pessoas ou a qualidade do serviço?

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Assistiu a proposta do SUDS e depois de muito sacrifício conseguiram realizar o SUS em São Paulo. Surpreende-se, pois na época do governo Maluf tentaram enfiar o PAS "garganta abaixo" e não funcionou, pois não era público. Em seguida, na gestão da Marta, em seu final, começaram as parcerias com as OS. José Serra aprofunda isso e faz uma lei. E agora a gestão atual vem com outra proposta de gestão pública. Hoje há uma inversão. O que as OS não contemplam o município cobre. E agora será feito um projeto de lei para isso. Não está esclarecida a questão da regulação. O ponto de vista da saúde pública se tornar produto é o que viu. A metodologia deve ser mudada. Os contratos nunca chegam neste conselho. A PL deveria vir para o conselho para que eles levem à base para discussão. Existem questões sérias e complicadas na relação com o conselho.

Raquel, conselheira da região do Campo Limpo: Faz suas as palavras dos companheiros que levantaram questões sobre as OS. A população não tem a obrigação de saber quais são os melhores modelos, mas nós que somos politizados, sim. Não foi esta gestão que iniciou com as OS, mas é ela quem quer colocar no Hospital de Parelheiros. Havia uma discussão com o Dr. Filippi e o Dr. Paulo Puccini de se obter uma outra opção que não fosse colocar OS no Hospital de Parelheiros. O Dr. Filippi havia citado a ideia de falar com a UNIFESP, pensando na ideia de virar um hospital universitário. Porém isso foi interrompido com a troca de secretário. No hospital do M' Boi, leitos foram fechados e foi feita uma auditoria que obrigou a reabrir os leitos. Havia uma proposta de haver um gestor público em paralelo no hospital, além da questão do atendimento da urgência e emergência pelo SAMU. Que haja um indicador de atendimento de emergência pelo SAMU.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Não entendeu algumas questões. Esta reunião era para discutir o Hospital de Parelheiros. Porém, ao chegar, começou-se a falar sobre um Projeto de Lei que pega a todos os hospitais. O termo de referência será igual para todos? Como falaremos de Controle Social, se hoje soubemos que foi mandado embora do conselho, um conselheiro em um hospital terceirizado? E sobre a prestação de contas? Contratação em ano eleitoral existe prerrogativas para isso. Se o concurso estiver homologado seria permitido. As obras começaram em 2014, não foi feito concurso porque não quiseram. A quarteirização de profissionais. Não adianta atualizar o salário, mas não dar a

inflação do ano. Desde o início do governo Haddad não foi dado. O PL sacramentou por cinco anos o que hoje condenamos. Quais as garantias para os conselheiros gestores? Esta reunião de hoje, assim como uma comissão de acompanhamento, foram pedidos nosso, realizados nesta mesa. Lembra que é proibido cobrar em terreno público, no entanto tem OS cobrando estacionamento em prédio público.

Regina Costa Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Algumas das propostas demonstradas na apresentação já estão avançando. Foram necessárias algumas iniciativas no hospital Storoppoli. Ressalta a atuação da coordenação e da supervisão de saúde na região. Em sua região de atuação existe um respeito muito grande ao controle social. Existe uma vontade de construir melhorias. O que interessa é que a população seja atendida, independente de quem seja o responsável. Esta deve ser a função de um conselheiro.

Bertô, ex-conselheira: Em abril houve uma reunião na Lapa para discutir sobre o Sorocabana com representante do Estado. Foram feitos questionamentos, um deles era sobre o termo de permissão de uso do hospital e outro sobre o projeto executivo. Solicitou a liberação deste projeto executivo do estado para o município, uma vez que este é muito caro e já existe. A representante ficou de levar estas questões ao David Uip. No dia 06 de junho foi encaminhado para o prefeito Haddad o termo de uso. A população da Lapa e região quer e exige um hospital geral e não apenas para idoso. Idoso deve ser considerado como qualquer pessoa e deve ser aceito no hospital geral. Em maio houve cursos de conselheiros e população para monitores. Nestes cursos foram deliberadas comissões para acompanhar todo o processo do Sorocabana. Gostariam de solicitar que a comissão da população e conselheiros possa acompanhar o processo.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Sobre o Sorocabana, a proposta está sendo discutida junto a supervisão e a secretária adjunta. É um erro construir um hospital em uma região que tem a maior concentração de idosos da cidade, sem pensá-lo do início ao fim em como receber idosos. Sobre o conselheiro afastado, precisamos averiguar o que ocorreu. Não foi apresentado nenhum PL dos hospitais. Apresentamos o termo de referência dos hospitais. Existem indicadores comuns, outros específicos de cada realidade. Não foi apresentado nenhum PL de OS também. O que a secretaria vai colocar em consulta pública é um PL sobre o funcionamento do SUS na cidade de São Paulo, para que o que for construído ninguém tire depois. Os avanços devem ser permanentes. Deve haver regulação nos hospitais, acabar com a retenção de maca do SAMU. Ninguém aqui é a favor de OS ou de hospital administrado pela direta que atenda mal. Deseja concluir o processo de chamamento nesta gestão. A UNIFESP não está conseguindo manter nada. O único processo possível neste momento é o que foi apresentado. Não sabemos quem será o prefeito ano que vem.

Francisca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: O tema deve ser discutido nas regiões. Propõe que a discussão seja feita agora. Não adianta discutir o que já está pronto, só poderão fazer pequenos ajustes.

Gilberto: Fala sobre o Hospital do M' Boi Mirim, que é um dos 10 melhores hospitais do Brasil. O que chama a atenção é quando vê reclamação sobre não atendimento a ambulância do SAMU. Diz ser necessário ir lá ver o atendimento realizado no hospital. Convida a todos a conhecerem o movimento e o trabalho do hospital no dia a dia.

Silvia: Está tudo errado. O prefeito Haddad prometeu reformar a AMA de São Miguel.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: Sobre Parelheiros, pelo seu conhecimento, não possui conhecimento do funcionamento geral do hospital, mas acha que este é uma das maiores demandas da cidade. Acompanhar passo a passo até a entrega do hospital é muito gratificante. Antes não era possível realizar nenhum tipo de proposta para a gestão. Os conselhos gestores devem fazer seu papel, pois muitas vezes não têm conhecimento para isso. Lembra que sempre foram contra as OS, porém não podem deixar a população sem assistência. Devem aprimorar os mecanismos de controle. Vão brigar para que ocorra concurso público sempre. Porém devem se apropriar e se instrumentalizar para avaliar o que existe agora. Devem ser feitas oficinas nas regiões para dar conhecimento ao papel dos conselheiros.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Entende que 100% SUS signifique administração direta. Esta foi a bandeira de diversos movimentos. Diante do termo de referência, o que é necessário é uma seleção para contratação de trabalhadores, transparente e com ampla divulgação. Qual é o calendário previsto para o chamamento da administração dos hospitais?

Éder, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Abrir um hospital em uma região carente de assistência é um mérito da gestão. Lembra que já realizou defesa da padronização dos contratos de gestão, pois permite estabelecer regras mínimas, metas, etc. Uma coisa é realizar contrato de gestão em novos hospitais e em hospitais que já são administrados. Porque a OS? É difícil responder qual tipo de administração é melhor. Da visão da gestão qual é o melhor modelo? Referente a Recursos Humanos, como estão estes contratos? Vai existir respeito às regras da CLT? Sobre quarteirização e equipe mínima, como será? Haverá padronização à política de recursos humanos nas OS? Anteriormente houve chamamentos, porém isso engessou a política de OS durante cinco anos. Isso é uma derrota para os movimentos que defendem a administração direta. O número de unidades administradas por OS foi ampliado, e isso é perigoso.

Omar, ex-conselheiro: O SUS passa por um momento muito complicado em âmbito nacional. Sempre foram a favor da direta. Da forma que está sendo feita, em breve ficarão reféns das OS. O contrato de gestão possui metas de qualidade para o controle social. Hoje esse controle limita-se a quantidade de reuniões. Deve haver um aperfeiçoamento mais claro. Deve-se avaliar se existem atas das reuniões, se as eleições são feitas de forma adequada, existe a presença dos trabalhadores das OS? Denuncia que este mês dois conselheiros gestores da Capela do Socorro estavam de licença médica, e pediram para ir para outra unidade. A Supervisão fez a transferência. Foi feita uma reclamação na procuradoria pública.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa ao Sr. Omar que existe uma comissão de inter-intraconselhos e que este tipo de assunto deve ser trazido à comissão e não ao Pleno.

Lindalva: Agradece por conta do hospital, pois as necessidades são grandes. Fica feliz, pois foi procurada por um dos donos do terreno, para pedir que indicassem aquele terreno para a construção do hospital. Crê que o controle social deve ter um relacionamento muito bom com a tripartite. Somente através da fiscalização chegarão a algum lugar. Qual será a autarquia que irá assumir o hospital?

José Maria: Uma das maiores coisas é o amor fraterno ao ser humano. Vê pessoas sofrendo no Hospital da Cidade Tiradentes. Foi socorrer uma pessoa no hospital que estava com uma fratura no pé e interviu no atendimento. Após o atendimento, quando saía do hospital, se deparou com dois pacientes que sofriam muito. Quando foi falar com a enfermeira sobre elas, foi informado que estavam lá desde as 9h até 01h30 do outro dia. Depois elas foram para o Hospital São Paulo e foram internadas inclusive. O hospital o afastou do conselho após esta intervenção.

Suely, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Fica contente que a população seja atendida. Mas, como é da região centro, fica triste, pois perderam o hospital de referência da região e a população solicitou que reivindicasse um hospital de referência para o centro. É uma região com vários indicadores na cidade e não é justo ter apenas o Hospital Dia.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Inicia falando sobre a questão do golpe ocorrido na saúde. Pergunta como que nove bilhões de corte a serem feitos até 2018 irão atingir os projetos no município de São Paulo. Estas medidas vieram justamente para diminuir o tamanho do SUS. Talvez os temas de nossa discussão sejam interrompidos de forma unilateral por conta da PEC 141, que estabelece que a receita para custear a saúde seja desvinculada do PIB e passe a ser medida pela inflação do ano anterior. E isso é manipulável. A posição é contra a terceirização. Ela tira do trabalhador direitos. Mas devem levar em consideração que é necessário o atendimento. É necessário um controle social forte, coeso e sempre lutando pela transparência.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Houve uma reunião na assessoria jurídica e foi uma grande decepção. Fomos buscar formas para que o controle social tivesse a liberdade de encaminhar suas demandas. A resposta dos técnicos foi "O secretário tem vontade política pra isso?". Uma coisa é a vontade política, outra é a prática política. Questiona essa comparação. Há um propósito político desta gestão em fortalecer o controle social?

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Sobre o SAMU M' Boi Mirim, o hospital recebe o SAMU, porém tem algumas questões onde o SAMU direciona para outros, por exemplo, Neurocirurgia. Sobre a AMA São Miguel, se olharmos o quarteirão da região foram abertos 20 novos leitos no Hospital Tide Setubal. Houve mudanças na

diretoria e até macas que estavam nos corredores foram retiradas. Foi feita uma Rede Hora Certa lá. Até o porteiro do seu prédio, que tinha problemas oftalmológicos e não conseguia atendimento no Hospital São Mateus, conseguiu atendimento no Tide Setúbal em menos de duas semanas. Há uma UPA São Miguel, que quando for aberta, receberá o atendimento que hoje é feito na AMA, e aí este espaço poderá ser utilizado para outro serviço. Haverá ainda muitas mudanças. Sobre o questionamento do Dr. Éder, a escolha dos hospitais já gerenciados pela OS. Como secretário tem responsabilidade com o SUS municipal, para que no período de sua gestão que as regras sejam definidas. A forma de garantir quais são as regras, e os processos de seleção, é fazer um chamamento público por OS. Não se pode fazer concurso este ano. Poderia ter sido feito anteriormente, mas se não fizer por OS, a partir de janeiro pode ser feito de qualquer outra forma. Mas será que irão fazer? Não se sabe. Defende que este processo seja feito nesta gestão. É desejável que exista um processo que permita o acompanhamento de tudo. O parâmetro de equipe mínima é discutido com a população e os trabalhadores. Existe a visão do hospital com equipes diferentes. Exige-se que seja na CLT. Infelizmente existe um decreto que impossibilita a utilização de índices setoriais de reajuste dos contratos. Não é possível por no contrato que o índice de reajuste dos trabalhadores seja o índice de reajuste geral. Existem várias demandas sobre a gestão compartilhada no TR. Falamos sobre a uniformização da política de RH nas OS. Querem publicar o edital de chamamento Cidade Tiradentes e Parelheiros já no mês de julho e Storopoli, Menino Jesus e M' Boi pra um segundo momento. Pretendemos publicar no segundo semestre também o edital de chamamento das AMAs que estão nas autarquias. Ao longo do mês de Julho será colocada a proposta de PL que institucionaliza avanços importantes na consolidação das regiões de saúde no município, nos territórios por supervisão, de política homogênea de RH na cidade. Sobre o hospital de referência no centro, temos que discutir. É um compromisso da gestão discutir a necessidade das regiões. Em relação à transparência dos processos, a secretaria quer o melhor nível possível.

Desconhecido: Informa que entregou uma receita no AMA Parque Dom Pedro e a medicação foi restringida. Solicita que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Realiza a leitura dos encaminhamentos: O CMS aprova a ampliação das OS, sobre unidades de saúde da administração direta e novas unidades de saúde em atendimento as resoluções das conferências municipal, estadual e nacional de saúde. Incorporar uma comissão de representantes de conselhos gestores locais e CMS ao grupo de trabalho do TR. Incorporar garantias aos trabalhadores das OS e terceirizadas que venham a compor os conselhos gestores das unidades. O CMS manifesta sua contrariedade a autorização para quarteirização dos profissionais e serviços dentro das unidades públicas. Que os termos de referência prevejam prestações de contas semelhantes as da secretaria, em audiência pública e local público, e amplamente divulgadas. Que as contratações destes hospitais obedeçam primeiro a chamar concursados e os demais com obediências aos direitos trabalhistas e com política salarial e de benefícios iguais para todos. Que toda vez que houve estas TR, primeiro vejam se existe concurso em andamento e chamem primeiro os concursados, e depois as vagas remanescentes sejam colocadas com direitos trabalhistas iguais para todos. Que os espaços públicos não sejam objeto de cobrança,

pois a população já paga por eles através de impostos e taxas, portanto não se pode cobrar por uso do espaço público dos hospitais e unidades terceirizadas.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Solicita que o processo informado seja um encaminhamento. Na próxima semana, serão marcadas reuniões em cada conselho de supervisão, para debate sobre o conteúdo dos hospitais para que se possa ouvir e debater. Serão feitos editais públicos para os convênios que ainda existem, e preparar editais públicos para as AMAS 24 que são das autarquias. Também a questão da PL que será colocada em consulta pública no mês de julho. Solicita estas aprovações, e que seja feita também uma redação mais clara sobre a questão do concursado, carreira única, salário, etc.

Desconhecida: Informa que protocolou há seis meses referente ao hospital Cidade Tiradentes e seu estacionamento onde é cobrada a taxa de seis reais a hora. O conselho aprovou, o ministério público está ciente e até o momento o estacionamento continua cobrando.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Sugere que os encaminhamentos sejam levados à executiva para que se chegue a um consenso.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Achou a proposta do secretário ampla demais, e não sabe o conteúdo correto dela. Ficou muito confusa. Solicita que seja redigida ou que recoloque com palavras mais objetivas para que possa ser colocada em votação.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Salienta que seu encaminhamento acrescenta valores ao encaminhamento realizado pelo CMS. Propõe que a SMS de encaminhamento ao processo de chamamento público, que irão marcar com os conselhos da supervisão para apresentar e preencher o conteúdo das especialidades dos hospitais que irão para o chamamento. Que este conselho crie uma comissão de acompanhamento do processo de chamamento, que já se marque com o conselho uma apresentação dos técnicos.

Hugo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Solicita que conste como encaminhamento a questão do poder discricionário da gestão.

Éder, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Encaminha para que não haja uma manifestação do CMS neste momento sobre a agenda executiva do processo de chamamento, pois isso gera uma contradição entre a proposta do CMS e a proposta da SMS, quando se diz que não querem novas unidades administradas por OS. Não é contra a proposta da SMS, é a favor de novas unidades abertas para a população, mas a condição de ter a OS é colocada pela SMS.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Sugere que o CMS baseado nas conferências de saúde a princípio é contra as OS a ampliação de sua

participação no SUS. Em existindo chamamentos públicos por OS exigimos que os pontos levantados nesta reunião sejam respeitados. Consulta o pleno pela aprovação. Aprovado.

Reunião encerrada.